



Ciência da religião no Brasil: entre o acadêmico e o religioso na fase inaugural da disciplina

Study of religion in Brazil: between the academic and the religious in the inaugural phase of the discipline

Flávio Senra*
Leandro Evangelista Silva Castro**
Rafael Bertante***

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar a confluência de aspectos acadêmicos e interesses religiosos nas primeiras décadas da disciplina ciência da religião no Brasil. O trabalho procura evidenciar as inter-relações político-acadêmicas e religiosas havidas nesse período de constituição da disciplina no país. Metodologicamente, o texto foi construído a partir de fontes como atas, planos de curso, pareceres, relatos de memórias, entrevistas e publicações. Conclui-se que, sob a confluência de interesses acadêmicos e aspirações de interesse religioso-pastoral, a disciplina ciência da religião emergiu no cenário acadêmico nacional, na segunda metade do século XX, com reduzida autocompreensão do seu perfil teórico-metodológico.

Palavras-chave: Ciência da religião. Teologia. Epistemologia da ciência da religião.

Abstract: This article aims to present the confluence of academic aspects and religious interests in the first decades of the Study of Religion discipline in Brazil. The work seeks to highlight the political-academic and religious interrelationships that took place during this period of the discipline's establishment in the country. Methodologically, the text is based on sources such as minutes, course plans, opinions, memoirs, interviews and publications. The conclusion is that, under the confluence of academic interests and religious-pastoral aspirations, the Study of Religion discipline emerged on the national academic scene in the second half of the 20th century with little self-understanding of its theoretical-methodological profile.

Keywords: Study of religion. Theology. Epistemology of religious studies.

Introdução

A pesquisa e a formação disciplinar da ciência da religião são relativamente recentes no Brasil, quando considerada a institucionalização de outras disciplinas da área de humanidades. Os primeiros dados encontrados no âmbito político-acadêmico nacional

* Professor do Departamento de Ciências da Religião da PUC Minas (Belo Horizonte-MG). ORCID: 0000-0001-7676-9850 – contato: flaviosenra@pucminas.br

** Mestre em Ciências da Religião (PUC Minas, Belo Horizonte-MG). ORCID: 0000-0003-0088-163X – contato: castroleandro40@yahoo.com.br

*** Doutorando em Ciência da Religião (UFJF, Juiz de Fora-MG). ORCID: 0000-0003-3284-2424 – contato: rbertante@gmail.com

revelam uma atividade em torno de meio século. Por meio de um levantamento preliminar, pode-se identificar, em 1966, o primeiro registro das iniciativas no âmbito universitário nacional, articulando interesses acadêmicos e religiosos à época. Do ponto de vista da esfera governamental, foi o parecer firmado por Newton Sucupira, datado de 1968, o que conferiu um tipo de “*certidão de nascimento* institucional das Ciências da Religião no Brasil”, acompanhando o entendimento de Frederico Pieper (Pieper, 2019, p. 28, grifo nosso). Esse processo confluiu para a criação do primeiro departamento de ciências da religião¹, na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF).

Destacamos, no desenrolar desse processo e nos primeiros movimentos de institucionalização da nova disciplina no Brasil, o envolvimento de atores públicos, religiosos e acadêmicos que disputam o lugar, o perfil e o papel dos estudos da religião no meio universitário brasileiro. O que este trabalho destaca como contribuição, ao reunir dados e memórias sobre os primeiros movimentos de institucionalização da ciência da religião no país, são os elementos em comum havidos entre esses grupos de atores envolvidos e a sua formação; as motivações originárias quanto a uma compreensão difusa acerca da nova disciplina em formação no país; e a interferência de fatores externos (religiosos) para a definição do perfil teórico-metodológico da ciência da religião. Evidenciá-los nos documentos, atas e memórias dos pioneiros contribui para compreender e dimensionar esse aspecto contextual do surgimento da disciplina no país. O sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira (1996) já o havia identificado quando refletiu sobre a constituição da área acadêmica em um evento da Soter.

Luís Henrique Dreher matizou o surgimento da disciplina no país e afirma ser “de conhecimento geral que, especialmente no Brasil, o estudo interdisciplinar da religião foi moldado com base em um modelo às vezes de aliança, às vezes de complementaridade autônoma, entre a teologia e as ciências sociais” (Dreher, 2001, p. 159). Em particular quanto à teologia, o autor reforça o papel da herança teórica da teologia da libertação. Sem poder avançar nos desdobramentos e nas problematizações desse processo, recomendamos o detalhado levantamento feito Mailson Souza (Souza, 2023, p. 13-17), em tese doutoral sobre os embates epistemológicos em ciência da religião. O autor propõe uma cartografia discursiva da prática científica na disciplina ciência da religião.

Neste artigo, além de cópias de documentos, relatos e registros dos docentes pioneiros, memórias, fragmentos de programas de curso e projeto pedagógico da criação do primeiro departamento na UFJF, temos a considerar os dois primeiros programas no âmbito da pós-graduação em ciências da religião, sendo o primeiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)² e o segundo na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Quanto à proposta deste trabalho, partindo da premissa que considera a ciência da religião como disciplina autônoma (Usarski, 2006), procura-se manter ativo o debate

1 Nomenclatura utilizada pela universidade na época da criação do departamento. Desde a criação do programa de pós-graduação em ciência da religião (PPCIR), o departamento na UFJF é identificado como de ciência da religião.

2 Desde o quadriênio 2013-2016, após reformulação do seu projeto político-pedagógico, o programa está nomeado como programa de estudos pós-graduados em ciência da religião.

a respeito do seu estatuto teórico-metodológico do ponto de vista da disciplinaridade que a constitui (Almeida, 2022; Silva e Senra, 2022). Isso significa que não trataremos como ciência da religião o mero agrupamento de disciplinas que se dedicam ao estudo da religião. Ainda que se tenha tentado justificar esse agrupamento sob o viés de uma irrefletida interdisciplinaridade, não é o que consideraremos neste artigo³.

Reconhecemos o presente debate como sempre atual e necessário, em particular quando considerados os contextos e os desdobramentos da constituição da disciplina no país. Consideradas as relações estabelecidas entre interesses eclesiais e acadêmicos nas universidades nacionais, públicas ou privadas, reconhecidos os vínculos havidos e os atuais entre pessoas e instituições ligadas à teologia, falar em ciência da religião no Brasil torna obrigatório o reconhecimento dos elementos que compõem a história de uma relação que tem matizes não apenas políticos e acadêmicos, mas também religiosos. Se, por um lado, ao afirmar-se como disciplina autônoma, do ponto de vista de um efetivo método interdisciplinar, não estamos isentos de refletir sobre as relações dela com outras disciplinas e áreas do conhecimento, como podem ser a disciplina teologia ou as disciplinas de estudos de religião nas áreas de história, ciências sociais ou psicologia, por exemplo.

No caso brasileiro, particularmente, ao abordar o nascedouro da institucionalização da disciplina ciência da religião, elencamos neste trabalho os aspectos que nos remetem à intricada relação institucional e acadêmica havida entre atores e processos vinculados a setores religiosos, teológicos e a nossa disciplina, a ciência da religião. É sabido que o histórico dessa relação se faz presente ao longo da história da disciplina também em âmbito internacional, embora este não seja o objetivo da presente reflexão. Evidenciar o material disponível (atas, anotações, planos, entrevistas, memórias dos docentes pioneiros) talvez contribua para melhor compreender esse processo. Mais do que isso, sem negar as colaborações mútuas de caráter interdisciplinar, advogamos inequivocamente a favor de uma distinção de procedimentos e objetivos. Acompanhando Huff e Portella (2012, p. 441), entende-se que a ciência da religião, como ciência moderna, busca ser “sem axiomas de valor; fundada na análise, verificação, comparação, reflexão autônoma, e, se possível, na procura de resultados úteis à comunidade”.

Para colaborar nesse debate, o presente artigo apresenta os primeiros movimentos político-acadêmicos e de grupos religiosos atrelados às Instituições de Ensino Superior (IES) envolvidas, com vistas à implantação da disciplina ciência da religião no país. Procura-se contribuir, dessa forma, com o debate teórico-metodológico para a compreensão de como se constituiu a disciplina no cenário nacional a partir do ocorrido nas universidades supracitadas.

Acompanhando a proposição de Maurílio Ribeiro da Silva, o presente trabalho se concentra na primeira das três fases estabelecidas pelo cientista da religião em sua tese doutoral. Considerando a partir de Silva (2022), as três etapas poderiam ser apresentadas como: a) fase de implantação (1966-1998) – que vai do final dos anos 1960 e dura em torno de três décadas, período no qual surgiram os três primeiros programas

3 O trabalho de Tatiane Almeida (2022) recobre o debate sobre disciplinaridade e interdisciplinaridade em ciência da religião, contribuindo para a superação de equívocos dessa natureza.

de pós-graduação (PUC-SP, UMESP e UFJF); b) a fase de consolidação (1999-2014) – inaugurada por um seminário, ocorrido na UFJF, para discutir aspectos relativos às epistemologias⁴ das disciplinas teologia e ciência da religião, período em que ocorre a fundação de vários novos programas, etapa na qual se observa um crescimento significativo de publicações acadêmicas, eventos, organização acadêmica e definição de sua árvore do conhecimento; c) a fase do reconhecimento (2014 e seguintes) – considerado o marco da criação de uma área de avaliação autônoma da CAPES, nomeada como ciências da religião e teologia.

Da criação do primeiro departamento ao curso de mestrado em Juiz de Fora (1966-1995)

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi a pioneira em desenvolver um projeto de institucionalização da ciência da religião no Brasil. Os primeiros registros documentais para organização de um curso dedicado ao estudo sobre as religiões, fora de instituições religiosas e desenvolvido numa universidade pública, aconteceram no ano de 1966⁵. Nesse processo, deve-se fazer menção especial ao professor e teólogo Jaime Snoek, pioneiro da Ciência da Religião no Brasil.

Cornelis Jacobus Snoek, nascido em Mijdrecht, na Holanda, aos 25 de dezembro de 1920, ficou conhecido no país como padre Jaime Snoek. Foi ordenado sacerdote redentorista em 1947. No ano de 1949, mudou-se para Roma, onde doutorou-se no Instituto Angélico em Teologia Moral. Chegou no Brasil em janeiro de 1953 e, em 1955, começou a dar aulas de Teologia Moral no Seminário da Floresta (Vieira, 2017). Seus trabalhos foram reconhecidos internacionalmente na área teológica. Produziu ensaios para Revista Eclesiástica Brasileira (REB), assim como para a revista internacional de teologia, *Concilium*, na qual chegou a integrar o comitê de redação da seção de Teologia Moral. Nesta revista, publicou um artigo, em 1966, sobre o “Terceiro Mundo: revolução e cristianismo”, que, segundo Faustino Teixeira (2012), antecipou um tema central na Teologia da Libertação, nascida por volta de 1968. Snoek ainda ajudou a formar, junto com as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, no ano de 1958, a Faculdade de Serviço Social, que depois passou a fazer parte da Universidade Federal de Juiz de Fora, local em que lecionou até se aposentar em 1985. Faleceu aos 92 anos em 29 de setembro de 2013.

Em um manuscrito intitulado “Instituto de Filosofia e Teologia da UFJF”, assinado por Snoek, lemos que a

[...] ideia foi lançada, em um esboço sumário, intitulado: *Ideia de um instituto de ciências religiosas da UFJF*, no dia 15 de novembro de 1966. [...]. Contatos com o GERU resultaram numa reformulação no dia 19 de dezembro de 1966, sob o título:

4 O uso do termo epistemologia está associado ao emprego que lhe confere a subárea Epistemologia das Ciências da Religião, conforme documento da área Ciências da Religião e Teologia/CAPES.

5 O trabalho de pesquisa foi realizado nos arquivos da Biblioteca Redentorista, situada na cidade de Juiz de Fora. A biblioteca possui, em seu acervo impresso, as anotações, atas e planos de curso utilizados pelo padre Jaime Snoeck.

Faculdades de Teologia nas Universidades do Brasil. Nas últimas semanas o diálogo sobre tão palpitante assunto se intensificou. Houve conversações com o nosso meio universitário, com autoridades eclesiais regionais e nacionais, com outros institutos semelhantes. De modo geral podemos dizer que não se encontrou nenhuma objeção. Pelo contrário encontramos estímulo e mesmo entusiasmo pela ideia (Snoek, 1967, p. 1, grifo nosso).

Devido à vivência como professor na universidade, Snoek participou do Grupo de Estudos para a Reforma Universitária (GERU). Esse projeto estava orientado pelas Leis 5.540 e 55.398 (Antunes; Silva; Bandeira, 2011, p. 2 e 3). As primeiras conversas e os primeiros esboços para criação do curso traziam muitos aspectos relativos à disciplina de teologia, bem como a temas de interesse eclesial. Desse modo, tais aspectos acarretaram dificuldades de compreensão das autoridades universitárias para o desenvolvimento do curso a ser oferecido por uma instituição pública. Dentre as reações, observa-se a atuação de polos aparentemente opostos no debate. Por um lado, a proposta implicava a produção de um estudo da religião dentro de um meio acadêmico refratário ao estudo da religião na academia (Gross, 2012). Por outro lado, havia a perda de parte do controle das autoridades religiosas sobre os conteúdos a serem lecionados na nova disciplina.

Destacamos que o ponto de partida desse processo esteve ligado a preocupações muito particulares com relação aos rumos do Seminário da Floresta, instituição formativa vinculada à Congregação do Santíssimo Redentor (Congregação Redentorista) com sede em Juiz de Fora/MG. A partir das mudanças adotadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), o seminário passou a viver uma crise e um rápido esvaziamento de seus estudantes (Teixeira, 2012, p. 538). Ainda em 1980, em um texto intitulado Nota sobre a formação filosófico-teológica na Província Csr do Rio, Snoek recomenda aos seus confrades o “cumprimento do Currículo do Curso de Ciências da Religiões da UFJF” (Snoek, 1980). Tal situação está presente entre motivações primárias que, entende-se, foram fundamentais para o empenho inicial de Snoek no desenvolvimento do projeto de um curso de “Ciências Religiosas” na universidade. Uma das alternativas levantadas para a solução do fechamento do Seminário foi a transferência dos internos para a recém-criada UFJF. Como confirma Teixeira (2012), a vinculação dos padres à universidade pública surgiu como alternativa para lidar com uma crise aprofundada no período pós-conciliar da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR).

Retomando a ideia inicial de criação de um instituto, no final de 1966, denominado Instituto de Ciências Religiosas da UFJF, destaca-se que a iniciativa precede às duas denominações que se seguiram, a saber: Instituto de Filosofia e Teologia e, posteriormente, Departamento de Ciências da Religião, já no início de 1967. Esta curiosa questão quanto à variação na nomenclatura avança ao longo do período de implantação, tendo passado por Ciência das Religiões e chegando ao atual Ciência da Religião.

Tendo sido um projeto originalmente conduzido por clérigos católicos, a documentação evidencia os interesses na formação pastoral de agentes religiosos. O envolvimento da ICAR na formulação do curso pretendido e do departamento, finalmente autorizado por decreto federal em 1968, foi intenso. Como primeiro grupo de docentes, por exemplo, Snoek (1967) reuniu na proposta alguns de seus confrades redentoristas, clérigos da diocese de Leopoldina e da própria arquidiocese de Juiz de Fora. Uma versão original

do curso chegou a contar inclusive com um período focado em formação específica para a atuação no âmbito da atividade religiosa, ou seja, pastoral.

Quando da petição para implantação do currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação (CFE), o atual Conselho Nacional de Educação (CNE), contendo solicitação para implantação de um “Instituto de Filosofia e Teologia”, foram elencados dois grupos de motivos a justificar a criação do curso. Por um lado, procurava-se destacar a compreensão da religião como um fenômeno humano, o que pressupõe a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o campo.

O documento destaca que a religião é objeto de pesquisa de várias áreas de conhecimento, fazendo-se necessária uma investigação mais sistemática. Chama a atenção também a forma como se trata a religião como “o manancial principal” da cultura brasileira. Nesse particular, se entrevê um entendimento de que a disciplina articula e sistematiza os saberes sobre religião, mas não se observa com precisão tratar-se de uma disciplina autônoma.

O documento ainda apresenta algumas justificativas pragmáticas sobre as funções das pessoas que contariam com a formação no curso. É inovadora, para a época, a proposição de capacitação de docentes para a disciplina de ensino religioso com o perfil proposto. Ainda que os professores elencados na proposta fossem diretamente ligados a uma religião específica, como mencionado acima, e que a própria instituição eclesial católica romana fornecesse condições para a criação do curso, os proponentes procuravam destacar a preocupação com a construção de um ensino respeitoso e aberto ao diálogo inter-religioso. Também percebemos a consciência da necessidade de se formar profissionais para atuar em órgãos públicos ou privados em temas relacionados a assuntos religiosos. Segundo o documento, essas funções eram desempenhadas comumente por membros de grupos religiosos, o que poderia comprometer a promoção de aspectos da educação e da cultura na visão dos signatários. Ao se propor formar profissionais do campo religioso, o curso prospectava trabalhar com as diferentes demandas da pluralidade religiosa do país.

O pedido foi apreciado pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, o professor Newton Sucupira, que possuía formação em filosofia e direito. Em seu parecer, expedido no início de 1968, o secretário indefere a criação de um Instituto de Teologia na Universidade pública. Em suas palavras:

No que se refere à Teologia, entendemos que não pode constituir unidade ou subunidade autônoma do sistema das ciências básicas, pelo menos, tais como foram definidos na lei. Certamente a Teologia que se tem visto não é a Teologia que falava Aristóteles na Metafísica, nem a Teologia Natural que se costuma chamar Teodiceia desde os tempos de Leibniz e que é uma parte da Metafísica na classificação Wolffiana. É a Teologia Dogmática, ciência do divino como tal, que pressupõe formalmente a Teologia, embora ciência do divino como tal, que pressupõe formalmente a Teologia, embora utilizando-se de instrumento conceitual próprio. Assim considerada, como bem acentua J. B. Metz, discípulo de um dos mais eminentes teólogos modernos, Karl Rahner, a Teologia distinguindo-se da pura Filosofia da Religião, tem na Fé a base e a finalidade de seu Leges (cf. *Lexikon für Theologie und Kirche*, Bd. X. Verlag Herder Freiburg – 1965). Tradicionalmente, os estudos teológicos, nas universidades que possuem Faculdade de Teologia, são consideradas como saber de cúpula, ou destinados à formação profissional do clero, pressupondo o que hoje chamamos de formação básica (Sucupira, 1968).

Além disso, Newton Sucupira recomendou, por meio do parecer do Conselho, que “[...] em vez de Instituto de Teologia, seja criado um Instituto de Ciências Humanas, um Departamento de Ciências da Religião”. Em Memorial (Hauck; Azevedo, 1978?), encaminhado ao CFE, a UFJF reconhece que “a existência de um Departamento de Ciência das Religiões é, sem dúvida, uma preciosidade que devemos à clarividência do próprio CFE”.

O primeiro desafio foi articular uma proposta que atendesse aos parâmetros curriculares da disciplina até então inexistente no país. Nesse sentido, segundo Teixeira (2018, p. 293), padre Jaime, em seu empenho para articular o departamento de ciências da religião “[...] trouxe um esboço do curso da Holanda, com modelo bem próximo da Teologia, mas com abertura para outros campos”. Esta observação soa curiosa, dado o ocorrido no sistema educacional dos Países Baixos como destaca Maurílio Ribeiro da Silva.

Sob o pensamento laicizante que tomava força na Europa, a Holanda estabeleceu a neutralidade acadêmica em suas escolas estatais a partir de 1857. Algumas décadas depois, em 1876, o Parlamento Holandês aprovou a Lei do Ensino Superior e suprimiu as faculdades de Teologia de Amsterdã, Leiden, Utrecht e Groningen, substituindo-as por cátedras de História das Religiões [...]” (Silva, 2022, p. 76).

Segundo Pieper (2017), tratou-se da execução de um plano inovador para o momento recortado, pois não havia ainda nada semelhante no contexto nacional nos anos de 1960.

O curso não chegou a iniciar no ano de 1968, mas no dia 21 de junho daquele ano, por meio do Decreto N^o 62.883, aconteceu a legalização do departamento de Ciências das Religiões da UFJF (Teixeira, 2013). Não obstante, internamente, como destaca Pieper, “[...] somente em 1971, é criado o Departamento que, até onde nos é permitido saber, é o primeiro dessa natureza na América do Sul.” (Pieper, 2017, p. 118). A criação do departamento, através da resolução CEPE/UFJF n. 178/71, possibilitou a oferta de disciplinas isoladas, contendo os conteúdos de uma futura formação em ciências da religião (Teixeira, 2012).

No ano de 1973, a UFJF solicitou ao Conselho Federal de Educação a fixação de um currículo mínimo para o curso de ciências da religião. O indeferimento, expedido em agosto de 1974, foi formulado com base no argumento de haver na estrutura do curso um serviço confessional incompatível com a universidade pública.

Em 1976, a universidade publica um concurso vestibular para o curso de ciências das religiões, “com abertura de 10 vagas, mas o processo veio a ser interrompido no ano seguinte” (Teixeira, 2012, p. 543). Como destaca Pieper, “[...] esse processo seletivo acabou deflagrando oposição ainda mais vigorosa, chegando o debate aos jornais da cidade” (2017, p. 121). O jornal “Diário Mercantil” tornou-se, naquele momento, um foro de manifestação das vozes críticas e favoráveis ao curso. As críticas advinham de alguns segmentos da universidade, capitaneadas pelo professor Almir de Oliveira, que afirmava, além da defesa do princípio da laicidade do Estado, que o curso não aprovado seguia recebendo matrículas e que era preciso pôr fim ao que ele considerava uma farsa. “um curso que não pode diplomar ninguém, que não dá ‘status’ profissional a ninguém, que não serve pra nada, senão para criar problemas para a Universidade” (Oliveira, 1977).

Para o docente, o curso não pretendia abrir-se à pluralidade religiosa, mas servia para encobrir desejos religiosos e para implantar um estudo de cunho puramente teológico e parcial na universidade. O professor argumentava que “a denominação ‘curso de ciências das religiões’ foi um arranjo para evitar a denominação ‘Curso de Teologia’” (Oliveira, 1977).

Soma-se ao rol das resistências a atuação do arcebispo Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, inicialmente simpático à proposta, mas que naquele momento nela percebia “um risco para a ortodoxia católica” (Teixeira, 2018, p. 295). Havia muita desconfiança e receio por parte da igreja católica local, em particular certa dificuldade em conviver com um centro de conhecimento que extrapolasse o controle do magistério em matéria de teologia. A proposta era vista, portanto, como um risco à produção teológica, tutelada pela instituição religiosa. Da parte da autoridade religiosa católica, “[...] apontava-se que já existia na cidade um curso que cumpria a função de formar professores de Ensino Religioso, sendo oferecido pelo Centro de Educação Superior (CES – mantido pela Ordem do Verbo Divino) [atual Unicentro Academia] com o título de ‘Atualidades do Ensino Religioso’” (Pieper, 2017, p. 121, inserção nossa).

Houve também posições a favor do curso, apresentando sua pertinência e importância. As posições igualmente foram publicadas no jornal “Diário Mercantil”, em resposta às críticas de Almir de Oliveira. A historiadora Míriam Furtado afirma que o “O nosso século necessita de pessoas que não se prendam a só subexistir, estimuladas pelo material, que participem conscientemente e se situem de forma histórico-concreto dentro do contexto sócio cultural com características humanistas” (Furtado, 1977). Destaque-se ainda as posições e empenhos de intelectuais tais como Maria do Céu, Hilton Japiassu, Mozart Geraldo Teixeira e seu filho, o teólogo Faustino Teixeira, dentre outros. Nos jornais ou em posições apresentadas à reitoria da época, observa-se a dedicação da professora e dos professores em justificar a validade e importância do curso, frente àqueles que o julgavam indevido.

Esse cenário conflituoso contribuiu para o cancelamento do vestibular do ano seguinte, mas o departamento continuou a oferecer as disciplinas isoladas durante toda a década de 1980, mantendo vivo o interesse e os estudos no âmbito da disciplina. Uma saída para esse dilema foi a criação da especialização em ciência da religião, ocorrida em 1991. Conforme Pieper (2017, p. 125), “a intenção era de que a especialização não fosse um fim em si mesmo, mas que propiciasse condições favoráveis para a proposição do curso de graduação.”

O início da década de 1990 foi marcado pela chegada de novos professores na universidade. Dentre eles ressalta-se a presença do teólogo Faustino Teixeira, que veio a ser o primeiro coordenador do programa de pós-graduação em ciência da religião da UFJF, além do sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira e do filósofo Luiz Bernardo Leite Araújo. Esses docentes lideraram a criação da proposta de uma pós-graduação em ciência da religião. Segundo Teixeira (2008, p. 296),

Com o início da nova dinâmica, com a criação da especialização e o mestrado em Ciência da Religião, o exercício de uma formação mais aberta, plural e diversificada veio então a ocorrer. Firma-se então uma perspectiva nova, com clareza nas novas áreas de formação: diálogo inter-religioso, ciências sociais e filosofia da religião.

O curso de mestrado foi criado com três áreas de concentração, abrindo-se à pluralidade de abordagens, de acordo com a necessidade e o perfil dos docentes. As três áreas do curso contemplavam os estudos teológicos e filosóficos, e convergiam em uma discussão que aproximava esses debates das ciências sociais. O ingresso de novos professores advindos de outras áreas possibilitou um refinamento da proposta do curso de forma mais alinhada à disciplina ciência da religião. Decorrente desse processo “[...] nasceu o doutorado no ano de 2000, também avaliado inicialmente com a nota 4 pela CAPES. Foi o primeiro doutorado da Universidade Federal de Juiz de Fora.” (Teixeira, 2012, p. 547). Os cursos de bacharelado e de licenciatura vieram também compor esse processo, com criação no ano de 2010, período foge ao escopo do presente artigo.

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Para a compreensão das relações entre aspectos acadêmicos e religiosos na origem do primeiro programa de pós-graduação em ciência da religião, o da PUC-SP, criado em 1978, recorreremos a relatos das pessoas que estiveram envolvidos com sua criação e implantação. As informações são decorrentes de relatos dos docentes pioneiros, anteprojeto e regulamento do novo curso de mestrado.

De acordo com João Edênio Reis Valle (2019), para que se possa compreender a criação da pós-graduação em ciências da religião na PUC-SP, é preciso atentar à sua pré-história. Sendo assim, há de se levar em conta dois fatores na perspectiva sugerida pelo professor Edênio: os movimentos ocasionados pelo Concílio Vaticano II e a situação política do Brasil.

Atendo-se à história que antecede a criação do programa, Valle (2019) apresenta alguns pressupostos que influenciaram sua criação na PUC-SP. O primeiro movimento que deve ser considerado é o Concílio Vaticano II e suas repercussões nos diversos seguimentos da ICAR. Como afirma Valle (2019, p. 311), esse Concílio representou para a Igreja Católica

[...] uma profunda revisão de seu papel pastoral (um *mea culpa* também) e de suas relações com a modernidade, fortemente orientada para as ciências, para o pensamento crítico e para o que o Concílio chamou de “autonomia das realidades terrestres.

Como afirma o historiador e cientista da religião Rodrigo Coppe Caldeira,

A história da Igreja realizada no Brasil deu passos importantes, de maneira geral, a partir da década de 1970, sob o influxo da abertura do próprio concílio Vaticano II (1962-1965) às ciências sociais e humanas. A Igreja compreendia que os instrumentos de pesquisa e análise desses campos de conhecimento poderiam colaborar também com suas práticas pastorais (Caldeira, 2019).

Com os documentos conciliares do final da década de 1960, a igreja católica procurava se colocar à altura dos desafios da sociedade e a refletir sobre a sua presença nesta sociedade em contínua transformação. Observa-se nesse contexto um interesse de renovação e de revisão das antigas tradições no âmbito eclesial, mas também no

âmbito acadêmico em instituições universitárias ligadas à igreja católica romana. Valle destaca que “[...] estes impulsos renovadores se tornaram irreversíveis, dinamizando e reorientando toda a vida e ação pastoral da Igreja tendo encontrado na PUC-SP um de seus polos concretos de realização em São Paulo” (Valle, 2019, p. 307). Nesse sentido,

No imediato pós-Concílio, as Universidades Católicas da América Latina foram as primeiras instituições “eclesásticas” a saírem de suas rotinas tradicionais e a se abrirem às mudanças históricas e culturais que ocorriam em nosso continente em meio a disputas e conflitos ideológicos pela hegemonia no campo da economia, da política, da cultura, do pensamento e, “*last but not least*”, das Teologias, Religiões e Universidades (Valle, 2019, p. 308).

Ainda sob influência do Concílio Vaticano II, deve-se ressaltar a importância do chamado Documento de Buga para o contexto universitário, tal como destacam alguns dos pioneiros docentes do Programa em tela. Nesse sentido,

O pano de fundo da reforma universitária eram as orientações do Documento de Buga, elaborado em 1967 no encontro de peritos designados pelo Departamento de Educação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) para subsidiar as reflexões sobre Educação na grande assembleia de todos os bispos e prelados da América Latina e do Caribe, que se realizou em Medellín, na Colômbia, em 1968 (Ribeiro Júnior; Valle; Guedes; Queiroz, 2015, p. 233).

O documento refletia sobre o papel da universidade, da necessidade e compromisso entre a ciência e a fé professada, e o papel social da Igreja refletido nas estruturas universitárias. Sobre o papel da universidade, os desafios postos pelo Documento de Buga eram os de “[...] superar o elitismo cultural, desmascarar a mentira tão frequente de nossas sociedades, estudar os problemas das sociedades oferecendo soluções, gestar uma cultura autóctone e latino-americana” (Ribeiro Júnior; Valle; Guedes; Queiroz, 2015, p. 233-234).

Sendo a PUC-SP um polo de recepção das reformas do Concílio Vaticano II, os debates se firmavam principalmente nos setores de capelania ou pastoral da universidade e na cadeira de “cultura religiosa”. Esses dois segmentos vinculados à universidade coordenavam e abriam espaço para os debates que envolviam os fenômenos religiosos, principalmente de caráter cristão católico.

Segundo Valle (2019, p. 311), “foi então que se pensou em substituir a cadeira de ‘Cultura Religiosa’ [...] por um Departamento de Teologia em tudo equiparado aos demais Departamentos da Universidade [...]”. Com o interesse voltado para a perspectiva cristã, alinhada aos debates políticos da época, o corpo docente e discente encontrou na criação de um departamento de teologia a possibilidade de consolidar os estudos de religião na PUC-SP. Valle (2007, p. 196) realça que “[...] o próprio departamento se transformou em departamento de Teologia e de Ciências da Religião.”

Naquele período, ainda não havia clareza a respeito da ciência da religião. A proposta de uma ciência da religião surge como possibilidade de abrir o campo de investigação para a teologia. A criação de um departamento que contemplasse tanto a teologia quanto a ciência da religião se apresentava como uma terminologia que mais se adequava aos trabalhos que se pretendiam desenvolver. Dessa feita,

[...] a ideia inicial era criar um Programa de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião devido à proximidade e à confluência das duas áreas, além do fato de que a maioria dos professores do Departamento, que promoviam a criação do novo Programa, havia feito estudos teológicos em faculdades e seminários (Queiroz, 2013, p. 4).

De fato, o anteprojeto do curso dizia textualmente que um dos objetivos era “conferir o grau de Mestre em Teologia e Ciências da Religião” (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1978, p. 4). A referência à teologia nos objetivos foi retirada por ocasião do primeiro regulamento do programa. De acordo com Silas Guerriero, a ideia de que o programa da PUC-SP não ter pretendido ser de Ciências da Religião desde o início se dá por dois fatores. Por um lado, parte do corpo docente nesse período “[...] vinha da Teologia, Filosofia ou mesmo Educação” (Guerriero, 2019, p. 15). Por outro lado, a disciplina ainda buscava se consolidar no Brasil, pois, não havia na época um parâmetro consolidado de um perfil de programa de ciências da religião. Nesse sentido, “não havia aqui no país uma definição clara do que seria a Ciência da Religião, mas o Programa da PUC-SP se viu, inconscientemente até, na incumbência de planejar essa trajetória” (Guerriero, 2019, p. 15).

Chama atenção, no anteprojeto da criação do curso, que, entre as disciplinas consideradas fundamentais, a disciplina Pensamento teológico brasileiro I estivesse listada junto de antropologia e de sociologia da religião. Uma segunda disciplina de teologia (Pensamento teológico brasileiro II) voltaria a ser ofertada também como disciplina eletiva segundo o anteprojeto. Nos termos do primeiro Regulamento do programa, Art. 7º, a disciplina Pensamento teológico brasileiro I “é a disciplina que analisa as contribuições dos teólogos e das comunidades à reflexão e à interpretação da realidade brasileira e latino-americana (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1978/1982, p. 22). Evidencia-se dessa forma a dependência havida com relação ao pensamento teológico na proposta inicial do curso.

Além disso, a ausência de referências teóricas e metodológicas relativas à disciplina ciência da religião fica evidente quando, para além da boa intenção em se apresentar um rol de disciplinas “da religião”, o quadro docente a ser contratado a partir do segundo ano do curso, revela que muitos haviam realizado formação em universidades europeias vinculadas à Igreja Católica Romana. Além disso, as referências contidas no anteprojeto trazem, em sua maioria, conteúdo orientado por abordagens teológicas de matiz católico romano.

Por sua vez, o quadro fundador reunia três docentes, sendo um teólogo e psicólogo com doutorado em psicologia da educação, um bacharel em direito e em filosofia com doutorado em ciências, e uma cientista social com bacharelado em ciências políticas e sociais e doutorado em ciências-sociologia. Destacamos aqui a presença de uma docente mulher no quadro fundador do programa, a professora Beatriz Muniz de Souza, embora o seu nome conste apenas no anteprojeto do curso, sem registro de orientação no programa⁶.

Não obstante esses aspectos, na visão do primeiro coordenador, o professor Edênio, entendia-se que aos poucos a proposta ia ganhando forma. Na visão do psicólogo da

6 O currículo da socióloga da religião Beatriz Muniz de Souza pode ser acessado em <http://lattes.cnpq.br/4712023084536049> Acesso em 15 fev. 2024.

religião, duas preocupações sondavam o programa (Valle, 2007). Por um lado, buscava-se não partir do horizonte teológico e, por outro lado, já era uma inquietação comum, permanecer como segundo plano, ou ramo especial de outras disciplinas. Foram esses questionamentos que levaram os pesquisadores e pesquisadoras a buscar um campo que compreendesse essas necessidades.

Diferentemente do caso de Juiz de Fora, em que as autoridades eclesiásticas representavam oposição ao curso, no caso da PUC-SP a linha pastoral seguida pelo então arcebispo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, e por seu vice-reitor comunitário, o bispo dom Cândido Padim, propiciava uma boa recepção da proposta. Sendo uma universidade católica, privada e confessional, alinhada às propostas do Concílio Vaticano II como se demonstrou acima, observa-se um alinhamento entre o que pode ser compreendido como a sua autorreflexão institucional e uma tentativa de oferecimento de respostas às demandas da sociedade na qual estava inserida a Instituição.

Para atender em parte a esse propósito, foi solicitado ao conselho geral de pós-graduação (CGPG) a implantação do programa de pós-graduação em teologia e ciências da religião. Segundo Queiroz (2013, p. 4):

Na CGPG, o Programa foi aprovado unindo as duas áreas. Mas quando passou pela Comissão de Ensino e pelo CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa), na reunião do dia 06 de dezembro de 1978, a ata daquele Colegiado diz textualmente: “Quanto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião, o Parecer da Comissão de Ensino foi favorável, sendo aprovado por unanimidade pelo Plenário do Conselho (entenda-se, pelo Plenário do CEPE), apenas recomendando a alteração do título de Mestrado em Teologia e Ciências da Religião por Mestrado em Ciências da Religião.

Nessa conjuntura foi criado o mestrado em ciências da religião da PUC-SP. No dia 6 de dezembro de 1978, o Conselho de Ensino e Pesquisa aprovava o programa de estudos pós-graduados em ciências da religião, sendo seu primeiro coordenador o Professor Doutor João Edênio Reis Valle. Logo depois da sua fundação, o professor Edênio se afasta temporariamente da universidade para assumir funções como provincial da Congregação do Verbo Divino e como presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Ao explicar a identificação do novo Programa, o primeiro coordenador do Programa explica ter sido “‘Ciências da Religião’ uma vez que um dos objetivos do Programa era o de aprofundar o estudo interdisciplinar das religiões com ênfase nas que se acham presentes no continente latino-americano e no Brasil.” (Valle, 2019, p. 319).

O programa também teve suas oposições. As instâncias reguladoras do ensino brasileiro resistiam a aprovar o curso, com argumentos críticos quanto à possibilidade de se oferecer estudos científicos dos fenômenos religiosos, tanto pela perspectiva das ciências da religião quanto pelas da teologia. Por parte dos órgãos internos da universidade, esclarece Valle (2019, p. 320),

[...] foram levantadas algumas objeções contra o novo Programa. Um dos receios maiores destes Conselhos era o de uma possível sobreposição entre o novo Programa e os outros já existentes nas áreas da Sociologia, Antropologia, História e Filosofia.

Por não haver uma clareza na academia brasileira sobre a identidade da ciência da religião, um argumento comum em oposição à disciplina era a possibilidade de

desenvolver os estudos de religião em outras áreas. Para essas instâncias não havia necessidade de novas áreas para o estudo de religião, uma vez que outras áreas já possibilitavam esses estudos.

O programa de mestrado, em seus anos iniciais, sofria com carências em diversos setores. Dessa fase inicial são relatados aspectos como, por exemplo, a carência de docentes, a dependência de outros departamentos, a baixa adesão dos discentes ao trabalho de conclusão e problemas de infraestrutura. Pelo levantamento feito na pesquisa de Eulálio Figueira (1993), sob orientação de Alípio Márcio Dias Casali, do departamento de educação da PUC-SP, as primeiras dissertações foram apresentadas seis anos após o início das atividades (dois trabalhos). As terceira e quarta dissertações, nove anos após o início do curso. A quinta dissertação apresentada ocorreu no 13º ano do curso, e a sexta dissertação elencada por Figueira é do ano de 1991.

Considerando-se as alegadas dificuldades enfrentadas pelo curso no seu início, o anexo da dissertação de Eulálio Figueira é particularmente elucidativo. Considerados os trabalhos que versavam sobre a temática da religião no período, nota-se uma baixa adesão ao novo curso, comparativamente ao curso de estudos pós-graduados em ciências sociais. De 1973 (início) ao ano de 1991, limite da pesquisa de Figueira (1993), foram 23 trabalhos apresentados nas Ciências Sociais e seis apresentados no curso de ciências da religião da PUC-SP.

Programa de pós-graduação em ciências da religião da Universidade Metodista de São Paulo

A terceira universidade a buscar a implementação da ciência da religião em seu rol de programas foi a Universidade Metodista de São Paulo. Diferentemente dos cursos apresentados anteriormente, as ciências da religião na Universidade Metodista de São Paulo foram projetadas e mantidas por um corpo docente ligado às igrejas protestantes. As igrejas de tradição protestante foram igualmente impactadas pelas mudanças sociais das últimas décadas do século XX. O avanço do pensamento ecumênico e da teologia da libertação influíram no universo protestante, questionando seu modo de produzir teologia.

Nesse contexto é que surge o programa ecumênico de ciências da religião na UMESP. O título já é uma questão a ser destacada, pois o termo “programa ecumênico” denota a presença de um caráter religioso e confessional para uma proposta que se pretendia científica no âmbito dos estudos de religião. Considerando a história anterior à criação do programa em ciências da religião na Umesp, pode-se compreender o sentido latente na proposição de um programa ecumênico.

A história da disciplina na Universidade Metodista é antecedida pela criação de um curso de mestrado em teologia, em 1976. Também nesse caso temos originalmente que os projetos de estudos acadêmicos da religião repousavam sobre o suporte teórico da teologia. Nesse período ainda não se cogitava criar um curso de ciências da religião.

A faculdade de teologia da Igreja Metodista do Brasil, em São Bernardo do Campo, mantinha seu curso no Instituto Metodista de Ensino Superior, porém era uma instituição

autônoma e, nesse sentido não se integrava o Instituto. Como destacou Mendonça (2007, p. 208), “[...] a Faculdade de Teologia era autônoma como instituição.”

Após dois anos de funcionamento, o programa passou a fazer parte do Instituto Metodista de Ensino Superior. Nesse período, ocorreu a transição de teologia para ciências da religião. Mendonça indica dois argumentos que favoreceram essa mudança. “Primeiro, o fato de que os cursos de Teologia não seriam oficialmente reconhecidos e não cabiam, portanto, em um conjunto de cursos superiores reconhecidos que não tinham ainda o *status* autônomo de universidade” (Valle, Queiroz; Mendonça, 2007, p. 208).

Pelo fato de os estudos teológicos não serem, na ocasião, reconhecidos pelos órgãos oficiais, assumir a nomenclatura “ciências da religião” poderia indicar um caráter científico e com mais possibilidades de credenciamento. Além disso, o segundo aspecto dizia respeito à formação do corpo docente do programa. Curiosamente, como acrescenta Mendonça, “vemos aí uma situação inversa do que viria a ocorrer depois no Brasil: as Ciências da Religião ofereciam o pálio sob o qual se abrigava a Teologia” (Valle, Queiroz; Mendonça, 2007, p. 208). O curso, destaca Mendonça (2007), contava com docentes que possuíam o título de “doutor em ciências religiosas”.

Somente três anos mais tarde, como resultado da união de diversos seguimentos de igrejas evangélicas – daí o sentido de “Programa ecumênico” –, que as Ciências da Religião aparecem como possibilidade de abrigar os estudos de religião de acordo com a abordagem pretendida pelos religiosos. A principal justificativa da proposta estava alinhada a um campo de estudos que compreendesse uma perspectiva ecumênica na produção de conhecimento sobre as religiões. O curso nasce como possibilidade de ampliar o debate ecumênico sob o título de ciências da religião. Nesse sentido, o ano de 1979 marca a instalação do curso de mestrado em ciências da religião.

Sob a égide das ciências da religião, os pesquisadores e pesquisadoras reuniram no programa os estudos teológicos alinhados com a proposta de ecumenismo, em um pool de Igrejas que estava formado pelas denominações Adventista do Sétimo Dia, Episcopal do Brasil, Metodista, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, Cristã Reformada e Evangélica Reformada. A perspectiva ecumênica, possibilitada pela integração dessas igrejas envolvidas e interessadas no curso, proporcionavam incentivos financeiros ao programa.

Um conselho ecumênico favorecia o incentivo financeiro de diversos segmentos protestantes, porém não interferia na gestão acadêmica da Umesp. Por não ser pessoa jurídica, “[...] não podia receber nem movimentar dinheiro, o que era feito fraternalmente pela Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), cujo secretário-geral era o Jaci Maraschin.” (Mendonça, 2008, p. 242).

Em síntese, o curso de pós-graduação em ciências da religião da Umesp se consolidou ao longo da década de 1980, contando com o fomento e incentivo de diversos ramos das igrejas protestantes. Porém, no início da década de 1990, o curso sofre com o enfraquecimento do movimento ecumênico e com a diminuição do fomento internacional. Nas palavras de Mendonça (2008, p. 238), “nesse momento, o movimento ecumênico já dava sinais de enfraquecimento e os planos econômicos do governo derrubaram os recursos de que dispúnhamos em dólares”. A solução encontrada para essa crise foi proposta por Prócoro Velasques Filho, que “[...] alimentava o sonho de

fundar um centro ou instituto autônomo de Estudos Avançados de Religião, o que significava cortar os cordões que nos ligavam à Metodista” (Mendonça, 2008, p. 238).

Com a crise, o então coordenador do curso, professor Prócoro, “[...] mudou o curso para uma casa alugada no centro de Rudge Ramos, que, tornando-se insuficiente, foi substituída por outra. Ambos esses lugares ficaram conhecidos simplesmente por ‘a casa’” (Mendonça, 2008, p. 239).

Nesse período, Prócoro foi destituído de seu cargo de coordenador, sendo substituído por Antônio Gouveia Mendonça. Porém, a “casa” que abrigava o acervo da biblioteca ecumênica e que se pretendia ser a sede de um centro de estudos de religião independentes não se sustentava. Além de problemas estruturais do espaço alugado, não havia recursos para manter funcionários e professores. Com o passar do tempo, e de constantes diálogos com a reitoria, o curso voltou a ocupar um espaço em um dos prédios da universidade. Segundo Mendonça (2008, p. 240),

Com a desativação da gráfica que funcionava no porão do edifício Lambda, com sua frente voltada para a antiga quadra de esportes ao lado da cantina, conseguimos voltar ao campus ocupando aquele espaço. Agora estávamos relativamente em paz, apesar da exiguidade do espaço ocupado na maior parte pela nossa biblioteca, que não parava de crescer. Dali viemos para o edifício Têta e, de lá, para onde estamos hoje.

“Perícope”, um jornal do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em seu editorial de 1993, atesta os objetivos da publicação, ou seja, “suprir uma lacuna existe na comunicação entre nós e as Igrejas”, referindo-se às instituições que formam o Instituto. O mesmo número noticia as pesquisas nas diferentes áreas do programa, como a área de Bíblia, a área teologia e história, a área de ciências sociais e religião e a área de teologia prática. Também foi destaque nessa publicação o Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina.

Do período de fundação ao ano de 1998, conforme dados do arquivo do programa sobre projetos de pesquisa elaborado em 1999 e consultados para a elaboração do presente artigo, estavam elencados como projetos: i. Biblioteca ecumênica; ii. Paul Tillich; iii. Núcleo de estudos teológicos da mulher na América Latina; iv. Liturgia e arte; v. Centro de estudos do Protestantismo no Brasil; vi. Bibliografia bíblica latino-americana; vii. Grupo de estudos e pesquisas interdisciplinares em teologia prática; viii. Núcleo de estudos do positivismo no Brasil; ix. Enfoques bíblicos: anuário de Bíblia da Umesp; x. Misticismo no judaísmo e no cristianismo primitivo; xi. Teologia e literatura. O programa contou também, nesse período, com um conjunto de cátedras versando sobre temas de Bíblia, teologia sistemática, história da Igreja, teologia feminista e uma cátedra dedicada a um clérigo protestante.

Os dados dispostos acima indicam que, também no programa da Umesp, a relação entre o contexto religioso da instituição e os projetos acadêmicos relativos à implementação da ciência da religião estavam profundamente conectados.

Considerações finais

A trajetória da ciência da religião no Brasil, para além de objetivos acadêmicos de formação da disciplina, esteve atrelada também a interesses religiosos. Essa afirmação

encontra-se formulada desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, tal como destacamos no presente artigo. Diferente de outros contextos, nos quais a disciplina ocupava um lugar para o estudo acadêmico da religião desvinculada de interesses eclesiais, no Brasil a ciência da religião surge, ao menos em parte, para dar suporte a objetivos de pessoas, grupos ou instituições que viam na disciplina um meio para o cumprimento de objetivos pastorais e religiosos. A atualização desse debate foi indicada no texto. A questão que nos motivou ao presente trabalho foi procurar demonstrar, por meio de documentos (atas, relatórios, anotações) e por meio de relatos dos pioneiros e primeiros responsáveis pelo processo de implementação da ciência da religião no país.

Reconhecer e demonstrar esse processo não é um demérito, mas ajuda, mesmo que parcialmente, a compreender o complexo das relações político-acadêmicas e a organização institucional da área de avaliação que integra as disciplinas sob a nomenclatura “ciências da religião e teologia”. Considerados os desdobramentos históricos da consolidação da disciplina ciência da religião em nosso país, sua representação acadêmica, sua presença nas instituições de ensino superior, as associações e sociedades científicas, faz-se necessário e relevante nos ocuparmos dos meandros desse processo. Certamente, dá o que pensar tal relação e o debate sincero e público contribui para elucidar vínculos e dificuldades que atravessam o caminho que já ultrapassa cinquenta anos de institucionalização da disciplina no país.

O necessário processo de reconhecimento da autonomia e a evidente especificidade das abordagens e métodos da ciência da religião face à teologia passarão necessariamente pelo reconhecimento da história dessa relação acadêmica e institucional.

O que o acesso aos documentos demonstra, para além do que poderia ser a fundamentação de um debate teórico-metodológico fundado epistemologicamente, é que interesses propriamente ligados a instituições eclesiais atravessaram, como ainda atravessam, a disciplina de ciência da religião no país. A literatura sobre o assunto já o demonstrava, como pudemos destacar acima, mas pareceu-nos ainda necessário trazer para o debate elementos documentais e reuni-los de tal forma que se pudesse perceber que um mesmo movimento se deu nos três primeiros movimentos institucionais.

Não foi objetivo deste trabalho analisar a pertinência das relações entre interesses propriamente vinculados a cada uma das disciplinas em questão, tampouco propor algum tipo de reorientação *ad extra* nesse curso histórico. Procurou-se, portanto, evidenciar, nos três casos trazidos nesse trabalho, a identificação de um mesmo e recorrente movimento que, de certa forma, elucida as relações constitutivas da área de avaliação de ciências da religião e teologia.

Esperamos ter oferecido, em conjunto, informações relevantes para a história da disciplina de ciência da religião no Brasil. Reforçamos que o momento atual, não obstante o histórico apresentado, envolve desafios que precisarão ser decididamente assumidos por cientistas da religião no Brasil, em particular a defesa da autonomia da disciplina e o contínuo debate sobre o perfil teórico-metodológico da disciplina.

Referências

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa.; SILVA, Rafael Oliveira da.; BANDEIRA, Tainá da Silva Bandeira. A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. Anais da XIX Semana de Humanidades. Rio Grande do Norte: UFRN 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II como objeto de leitura: a formação das culturas conciliares. HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 17, n. 54, p. 1526, 31 dez. 2019.

DREHER, Luís Henrique. Ciência(s) da Religião: teoria e pós-graduação no Brasil. In: TEIXEIRA, Faustino. (Org.). A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil. Afirmação de uma área acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 151-178.

FIGUEIRA, Eulálio Avelino Pereira. Estatuto epistemológico das “Ciências da Religião”. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

FURTADO, Míriam. Professora lidera movimento contra o fim do curso da UFJF. Diário Mercantil, 19/07/1977, p. 5.

GROSS, Eduardo. A ciência da religião no Brasil: teses sobre sua constituição e seus desafios. In OLIVEIRA, K. L.; REBLIN, I. A.; SCHAPER, V.G.; GROSS, E.; WESTHELLE, V. (Orgs.). Religião, política, poder e cultura na América Latina. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012, p.13-26.

GUERRIERO, Silas. Ciência da Religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: demarcações curriculares de uma concepção. Rever, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 13-23, maio, 2019.

HAUCK, João Fagundes; AZEVEDO, Henrique Osvaldo Fraga de. Memorial. Universidade Federal de Juiz de Fora, 1978?. Juiz de Fora: Arquivo da Província do Rio de Janeiro – Congregação Redentorista.

HUFF, Arnaldo; PORTELLA, Rodrigo. Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos. Numen, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. O fim de um tempo: última aula na Pós-Graduação em Ciências da Religião, (15 de agosto de 2002). Estudos de Religião, São Bernardo do Campo, v. 22, n. 34, p. 234-248, jan. 2008.

OLIVEIRA, Almir. O curso que não existe. Diário Mercantil, 16/07/1977, p.02.

OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro de Oliveira. Teologia e Ciências da Religião: uma área acadêmica. In: ANJOS, Márcio Fabri dos. Teologia: profissão. São Paulo: Loyola, 1996. p. 95-110.

PERÍCOPE. Publicação do IEPG/CR – Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 1993.

PIEPER, Frederico. Curso de Ciência da Religião da UFJF: histórias e perspectivas. In: RISKE-KOCK, Simone et All. (orgs). Formação Inicial em ensino religioso: Experiências em curso de Ciência (s) da(s) Religião (ões) no Brasil. Florianópolis: Saberes em diálogo, 2017.

PIEPER, Frederico. Ciências da religião nas universidades públicas brasileiras: modelos de implementação e desafios. *Rever*, São Paulo, v. 19, n. 2, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/45147>. Acesso em 14 dez. 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Anteprojeto para instalação de curso de pós-graduação. São Paulo. Arquivo do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião. 1978.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – Mestrado – Regulamento. São Paulo. Arquivo do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião. 197?/198?.

QUEIROZ, José J. MEMÓRIA E PERSPECTIVAS: Entrevista a Marina Silveira Lopes. [entrevista cedida a] Mariana Silveira Lopes. *Último andar*, São Paulo, n. 17, p. 3-8, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/13270>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio N.; VALLE, João Edênio Reis; GUEDES, Maria Luiza; QUEIROZ, José J. Discursos proferidos por ocasião da outorga de títulos de Professores Eméritos. *Rever*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 215-236, jul. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/26197>. Acesso em 14 ago. 2020.

SILVA, Maurílio Ribeiro da. Ciências da Religião no Brasil: debate epistemológico a partir do estudo religiográfico da produção docente nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião no Brasil. Tese (doutorado em ciência da religião) – programa de pós-graduação em ciências da religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SNOEK, Jaime. Instituto de Filosofia e Teologia da UFJF. Juiz de Fora: Arquivo da Província do Rio de Janeiro – Congregação Redentorista. 1967.

SNOEK, Jaime. Nota sobre a formação filosófico-teológica na Província CRR do Rio. Juiz de Fora: Arquivo da Província do Rio de Janeiro – Congregação Redentorista. 1980.

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. EMBATES EPISTEMOLÓGICOS EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO: a cartografia discursiva de uma prática científica. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2023.

SUCUPIRA, Newton. Parecer 100/08, CFE, 15/08/1968.

TEIXEIRA, Faustino. O processo de gênese da (s) Ciência (s) da Religião na UFJF. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 537-550, dez. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21876>. Acesso em 13 out. 2021.

TEIXEIRA, Faustino. Entrevista com Faustino Teixeira sobre sua experiência como egresso da primeira graduação de Ciência da Religião no Brasil. [Entrevista cedida a] Matheus Oliva Costa. *Numen – Revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 292-300, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22135>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Ao egrégio Conselho Federal de Educação do M.E.C. Juiz de Fora: Arquivo da Província do Rio de Janeiro – Congregação Redentorista. 197?.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. Listagem de projetos do curso 1981-1998. São Bernardo do Campo: Arquivo do Programa. 1999.

VALLE, Edênio. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP: da sua pré-história à progressiva evolução e maioria. *Rever*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 307-323, maio, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45178>. Acesso em: 10 out. 2021.

VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J.; MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Memórias da fase inicial da Ciência da Religião no Brasil: entrevistas com Edênio Valle, José J. Queiroz e Antônio Gouvêa Mendonça. [entrevistas cedidas a] Ângela Cristina Borges Marques; Marcelo Rocha. *Rever*, São Paulo, n. 1, p. 192-214, mar. 2007. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2007/p_entrevista.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

VIEIRA, Braz Delfino. *Aqueles que nos precederam na fé*. Juiz de Fora: publicação interna, 2017.

Submetido em: 15/12/2021

Aprovado em: 20/02/2024

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Fábio L. Stern